

ACTA Nº 3
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA
REALIZADA NO DIA 17 DE FEVEREIRO DE 2006

Aos dezassete dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e seis, na Vila de Borba e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu pelas 20:45 h, em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM: Período de antes da Ordem do Dia:

PONTO UM PONTO UM: Leitura de expediente.

PONTO UM PONTO DOIS: Outros assuntos de interesse para a Autarquia.

PONTO DOIS: Período para intervenção do público:

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia:

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da acta nº 2 da sessão de 16 de Dezembro de 2005

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Aprovação do Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança.

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Apreciação das actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

O Presidente da Assembleia Municipal: Boa noite. Está aberta a sessão. Vamos proceder à chamada.

Verificou-se a presença dos seguintes membros: António José Moura Proença, Joaquim Maria Godinho Veiga, João Manuel Rato Proença, Carlos Manuel de Almeida Cabral, Mário Joaquim Trindade de Deus, Maria João Lopes Cavaco, Joaquim Manuel Cardoso, Jerónimo João Pereira Cavaco, Rui Manuel Ganito Bacalhau, Augusto Manuel Bilro Guégués, Sérgio João Pécurto Gazimba, Norberto João Figueiras Alpalhão, Vítor José Guégués, Diogo Manuel Canhão Sapatinha, António Joaquim Moura Lopes, Joaquim Manuel Grego Esteves, António José Lopes Anselmo e José António Carapeto Dias, António José Barroso Paixão.

Terminada a chamada a Senhor Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da sessão.

PONTO UM: Período de Antes da Ordem do Dia:

PONTO UM PONTO UM: Leitura de expediente.

O Senhor Segundo Secretário (Jerónimo Cavaco): Cumprimentou os presentes e realçou um ofício que havia sido recebido do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja e, que dizia respeito à inspecção ordinária que havia sido feita ao Município de Borba. Explicou que, este ofício tem em vista uma possível instauração de acção administrativa que se prende com a tabela de taxas, licenças e tarifas em vigor neste Município. E tendo em conta o teor do mesmo, e que a resposta que já havia sido dada pela Assembleia Municipal; foi sua opinião que não seria de bom tom que este assunto fosse discutido no momento. No entanto, os mapas referentes ao expediente estavam ao alcance de todos. (Anexo 1 e anexo 2)

O Senhor Presidente da Assembleia: Adiantou que em relação ao expediente, havia um requerimento que havia sido entregue no Gabinete de Apoio à Assembleia, nesse mesmo dia, pelo membro Sérgio Gazimba, e passou à leitura do mesmo. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, referiu uma vez mais que o Gabinete de Apoio à Assembleia esteve e estará sempre ao dispor de todos os membros de Segunda a Sexta-Feira, nas horas de expediente. No entanto, o Senhor Presidente informou que o referido ofício teria resposta por escrito posteriormente, não no momento. Pois, queria em primeiro lugar dialogar com o Senhor Presidente da Câmara sobre o mesmo requerimento, e que todos os pedidos legais seriam efectivamente cumpridos. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal encerrou este ponto e passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

PONTO UM PONTO DOIS: Outros assuntos de interesse para a Autarquia.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, perguntou aos presentes se queriam intervir neste ponto, dando a palavra ao membro Carlos Cabral.

O Membro Carlos Cabral, começou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Seguidamente, quis dar conhecimento à Assembleia Municipal de uma situação que estava a acontecer no Município de Borba e em vários Municípios Alentejanos. Passou a explicar que se prendia com o levantamento de autos a munícipes por posse de alguns animais. Referiu, que esses autos são levantados pelo Ministério da Agricultura e que futuramente são sujeitos a uma coima mínima. Explicou ainda, que estes autos são levantados pelo serviço de ambiente da Guarda Nacional Republicana. Adiantou ainda, que estes autos são levantados por não haver cumprimento da lei no registo dos animais. Fez referência que a maioria destes animais não são para comercialização, mas sim, para uma ajuda na alimentação aos baixos rendimentos existentes. Referiu que não era sua intenção fugir à lei, mas que não se podia esquecer a tradição rural e que gostaria que o Estado Português considerasse essas situações, tendo em conta aos que ainda vivem no campo e, que dele ainda tiram algum proveito. É sua opinião, que não é poder das Assembleia Municipais transformar a legislação, mas é obrigação das mesmas que o problema seja levantado e, como tal, apresentou uma moção. (anexo 3).

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou de imediato a moção à discussão. Não houve nenhuma intervenção, o que permitiu ao Senhor Presidente da Assembleia pôr a moção à votação. A referida moção foi aprovada por maioria, com 17 votos a favor e duas abstenções.

PONTO DOIS: Período para intervenção do público:

O Senhor Presidente da Assembleia, pediu aos presentes interessados em usarem da palavra, que em primeiro se identificassem .

O Senhor Paixão, referiu ter algumas preocupações, as quais já havia ter feito chegar à Câmara Municipal, na altura em que esteve em discussão o PDM. Informou que, a Câmara Municipal lhe tinha transmitido as informações que havia pedido, mas, as quais não o satisfaziam completamente. As suas preocupações prendiam-se, e prendem-se com o desenvolvimento económico e turístico do concelho de Borba. Afirmou, que na sua opinião não estavam a ser devidamente estudadas na revisão do PDM . Na sua opinião, o PDM tem carências de força e de garra. Referiu ainda, que as suas sugestões não foram incluídas na revisão do PDM, e que ainda se ia a tempo de as incluir, uma vez que o PDM ainda não estava aprovado pelas entidades competentes. Referiu alguns exemplos daquilo que para ele seria um bom desenvolvimento turístico no concelho. Adiantou ainda, que se deixavam fugir os investidores para os concelhos vizinhos. Chamou a atenção da Câmara Municipal para que revisse melhor as alterações do PDM.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pediu desculpa pelo facto de interromper a sua intervenção, mas pediu que fosse mais breve. Referiu que o ouviu com toda a sua atenção, mas a lei não permite sugestões nem comentários. Referiu ainda, que em toda a sua intervenção, tinha havido apenas uma pergunta, e como tal, agradecia que fosse breve nos seus comentários.

O Senhor Paixão: terminou, perguntando ao Senhor Presidente da Câmara se de facto a zona industrial (junto aos Arcos) vai avançar, ou não?

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, informou o Senhor Paixão que lhe dava resposta imediata à única pergunta que havia sido feita, e sugeriu-lhe que se dirigisse à Assembleia Municipal de Estremoz, que segundo sabia esta havia começado há poucos minutos, como tal, ainda chegaria a tempo de fazer a pergunta, pois a Zona Industrial de Arcos é concelho de Estremoz, e não de Borba.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, verificando não haver mais inscritos pela parte do público, informou que os trabalhos iriam ter continuidade.

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia:

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da acta nº 2 da sessão de 16 de Dezembro de 2005

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, perguntou se alguém se queria manifestar em relação à acta em questão.

O membro Vítor Guégués, iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Seguidamente, informou que tinha lido com atenção a acta que lhe havia sido enviada, e que não concordava com um comentário que lhe tinha sido imputado, nomeadamente na página 13, estava escrito que "não" havia responsabilidade política, e ele afirmou o contrário, que existia responsabilidade. Pediu que fosse retirado aquele "não", sob pena que seria o pensamento nele incluído deturpado.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse que iria ter em consideração o que havia ter sido exposto e, que faria uma nova audição da respectiva cassette. Adiantou ainda, que podia ter sido um lapso, mas que seria rectificado se realmente o membro Vítor Guégués tivesse razão. Informou ainda, que não era o responsável pelas actas, mas que era sempre solidário com os secretários, e como tal, fariam uma nova audição e que se faria a respectiva alteração na acta, após confirmação. Seguidamente, não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente colocou a acta à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 15 votos a favor e 4 abstenções.

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Aprovação do Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, perguntou se alguém estava interessado em falar do respectivo documento. Não havendo inscrições, passou de imediato à votação do mesmo. O Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança foi aprovado por maioria, com 15 votos a favor e 4 abstenções.

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Apreciação das Actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pediu ao Senhor Presidente da Câmara que tomasse a palavra.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, iniciou a sua intervenção informando que a situação financeira da Autarquia se encontrava espelhada no documento que havia sido distribuído a todos os membros anteriormente. Relativamente à execução orçamental até Janeiro de 2006, referiu que não era muito significativa. Relativamente às questões relacionadas com a capacidade de endividamento o Senhor Presidente da Câmara, de acordo com a análise do quadro presente, disse que se verificava que a situação não era favorável, mas que esperava que viesse a melhorar. Seguidamente, fez uma breve leitura dos valores expostos nos quadros, tais como, os encargos processados e não pagos, empréstimos a longo prazo, empréstimo do IFT, empréstimos a curto prazo e leasings. Frisou que a situação não é muito boa, mas que se se considerasse a dívida global, de certa forma era comparável à que existia quando iniciou o primeiro mandato. Realçou algumas actividades do Município, tais como, a visita realizada ao concelho de Borba pelos responsáveis da CCDDR, e que havia sido uma visita acompanhada por ele mesmo para mostrar todos os projectos em mão, e deu alguns exemplos. Informou os presentes que dia 23 de Fevereiro, irá realizar-se uma reunião com a empresa que vai efectuar o estudo turístico sobre as potencialidades turísticas do concelho, onde estará presente o Senhor Secretário de Estado do Turismo. Informou ainda, que se realizou a 1ª reunião do Conselho Municipal de Segurança e a respectiva tomada de posse, daí se ter aprovado no ponto anterior esse mesmo regulamento. Não quis deixar de referir que se realizou há pouco tempo uma reunião com as Câmaras designadas como a "zona dos mármore" e, que nessa mesma reunião se havia pedido a integração da Câmara de Sousel. Quis mencionar que esta associação não queria competir com quem fosse, mas sim, resolver problemas comuns. E até podia ser

mais um mecanismo para trazer mais fundos comunitários para a nossa região. Informou ainda, que já havia recebido de uma Câmara um ofício, dizendo que não havia interesse na participação da Associação "A zona dos mármore". Mas, não seria por isso que não se batalharia no sentido de criar essa mesma associação. Adiantou ainda, algumas explicações sobre a Eta e as Etares (de Borba e Rio de Moinhos) e informou que, finalmente se está no bom caminho. Em relação aos projectos que estão aprovados e os que futuramente serão aprovados, é sua opinião que isto se deve à postura do executivo camarário nos últimos quatro anos e ao seu planeamento. Em relação ao PDM, o Senhor Presidente da Câmara, afirmou que foi uma revisão em tempo recorde. Pois, a revisão teve início em Maio de 2002 e está concluída. Tudo isto se conseguiu com muito trabalho e esforço. Referiu também, que a revisão do Plano Pormenor da Zona Industrial do Alto dos Babelos chegou ao fim, e está em fase de publicação. Em relação ao plano pormenor da Unor 2 está a decorrer o período de discussão pública. Tudo isto representa um esforço muito grande desta autarquia, adiantou o Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Vereador Artur Pombeiro, iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Informou os mesmos que não queria repetir-se, pois estava tudo escrito nos documentos distribuídos, colocava-se então, na posição de esclarecer alguma dúvida que alguém tivesse, ou algum esclarecimento que fosse necessário prestar.

A Senhora Vereadora Rosa Véstia, referiu que em relação à estrada 508.4 as obras haviam sido retomadas. É sua opinião que a obra poderá estar concluída em finais de Março, se tudo decorrer na normalidade. Informou ainda, que se está a iniciar um processo de remodelação de toda a sinalização, em termos de segurança rodoviária de todo o concelho. Informou que se procuram mecanismos de financiamento que permitam a execução de tal trabalho.

O Senhor Vereador Humberto Ratado, quis limitar-se a algum esclarecimento que fosse necessário ser prestado. Pois, as suas actividades estavam escritas e eram do conhecimento de todos os membros.

O Membro Vítor Guégués, quis em primeiro lugar congratular-se com a intervenção que havia sido feita por um Município presente no Público. Referiu uma vez mais, que o PSD está, e sempre esteve disponível para acolher propostas construtivas por parte de todos os que têm uma visão a médio e longo prazo para o concelho de Borba. Solicitou que a intervenção do município não ficasse por ali, mas sim, que tivesse persistência. Em relação à situação financeira da Câmara, e aproveitando as palavras do Senhor Presidente da Câmara quando há pouco havia dito que não era boa, o endividamento atingiu montantes elevadíssimos. Aproveitou para pedir ao Senhor Presidente da Câmara que indagasse junto dos técnicos, se tem momentaneamente activos planos de factoring contraídos pela Câmara Municipal, que normalmente são utilizados pelas Câmaras para de alguma forma diminuírem visivelmente o seu endividamento, mas que também contribuem para dilatar os encargos financeiros a médio e a longo prazo. Perguntou ao Senhor Presidente, quais os encargos do município no presente, mais uma vez aplicável com esses planos factorings. Pediu ainda, mais um esclarecimento ao Senhor Vereador do Pelouro da Cultura, prendia-se com uma notícia que havia lido no Jornal Diário do Sul e, que supostamente era comunicado à agência lusa que a Câmara Municipal de Borba estava a integrar, juntamente com outras entidades um plano de ajudas técnicas para pessoas carenciadas. Nomeadamente, para aquisição de material hospitalar. E nessa mesma notícia havia lido que havia uma reorçamentação que permitiu identificar o montante de 20 mil euros, que por dificuldades financeiras iria ser utilizado como dotação. Pediu que lhe fosse dito como é que havia sido feita esta reorçamentação e, em que orçamento havia sido feito. Adiantou ainda, que gostaria de saber quais são as empresas que vão assinar o protocolo do que havia lido e, que estrutura tem a Câmara montada para se poder comprometer com uma verba de tal dimensão, visto as dificuldades financeiras que tem. Terminou, apelando ao rigor económico - financeiro das contas públicas.

O Membro António Paixão, iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Seguidamente, salientou as suas preocupações que se prendem com a Freguesia da qual é Presidente (Rio de Moinhos), tais como, o desenvolvimento económico do concelho, a estrada de S. Tiago de Rio de Moinhos, a Rua da Estação, o problema dos estacionamento dos pesados, o problema da lixeira, o loteamento do Barro

Branco e a aplicação dos tais falados bancos. Terminou, dizendo ao Senhor Presidente da Câmara que todas as situações que havia referido eram uma preocupação sua, e da sua freguesia.

O Membro Mário de Deus, cumprimentou os presentes. Seguidamente, referiu que o ponto em discussão permitia muitos aspectos. Referiu que, a Assembleia Municipal é o sítio ideal para a discussão política, quer para os próprios membros que a constituem, quer para o público que a assiste. É sua opinião, que órgãos devem exercer as suas funções, que a democracia tenha continuidade. Como tal, felicitou aqueles que tiveram iniciativa de puxar à discussão o desenvolvimento do concelho. Disse, que é importante para os mais jovens, os menos jovens, para as diversas forças políticas o desenvolvimento do concelho. Salientou, que havia vindo do público uma intervenção com muito desafio. É sua opinião, que há necessidade de definir o que se quer com o desenvolvimento, ou pseudo-desenvolvimento com a manutenção da identidade cultural. Saber quais as actividades sócias que serão de manter e, quais as que serão de desaparecer. Entende, que há grande necessidade de toda esta definição, e que só pecará por falta de aprofundamento. Adiantou ainda, que a bem do concelho, a bem do funcionamento das instituições haverá que pensar algumas questões relevantes. Terminou, deixando à Assembleia Municipal a mensagem, de que saberem e pensarem qual o percurso que devem e querem percorrer. Pois, na sua opinião há que assumir uma política de defesa e jamais ficar no "choradinho", no entanto, aproveitar todas as opiniões e participações para um caminho melhor, para um concelho melhor. Aproveitou, para propor uma reunião, em que se juntem os concelhos da zona dos mármore e, que se procure a identidade cultural da zona, definir com rigor as vocações futuras, se a agricultura, se a indústria, se os mármore, se o artesanato ou o turismo.

O Presidente da Assembleia Municipal, explicou ao membro Mário de Deus, que a função da Mesa da Assembleia é exclusivamente dirigir os trabalhos em conformidade com a lei. Os Municípios podem efectivamente fazer propostas, mas, não em Assembleias Ordinárias, sim, nas extraordinárias. Adiantou, que ouviu o Senhor Paixão e, que o ouviu a ele também. Mas, que o Senhor Paixão não tinha obrigação de conhecer a lei, mas o deputado Mário de Deus, sim, tinha essa obrigação. Terminou, com a leitura do respectivo artigo da lei que expressa o que lhe havia dito anteriormente.

O Membro José António Dias, quis fazer uma chamada de atenção para a estrada Orada-Borba. Pois, numa Assembleia anterior, o Senhor Presidente da Câmara lhe havia dito que as condições dessa mesma estrada iriam ser repostas. Adiantou ainda, que é uma estrada de uso diário, quer para si, quer para muitos moradores na Orada e, que sofre algumas pressões dos moradores para que a estrada seja melhorada. Salientou, que um dia gostaria de ver um projecto para aquela estrada, com algumas melhorias.

O Membro João Proença, fez chegar ao Senhor Presidente da Assembleia, um requerimento (anexo 4) para que fossem fornecidos os respectivos regulamentos, ou propostas de regulamentos, para que possa ter uma intervenção futura muito mais adequada.

O Membro Joaquim Cardoso, iniciou a sua intervenção com os cumprimentos aos presentes. Seguidamente, salientou que se congratula com a medida das ajudas técnicas, embora não tivesse lido a notícia. Na sua opinião, a medida é importante, visto que a crise social no Alentejo é um facto. A nossa população é crescentemente carente dessas ajudas técnicas. Terminou, oferecendo ao Senhor Vereador Humberto, alguma ajuda que a APD possa facultar. Fez um pedido para que lhe fosse facultada cópia do ofício recebido do Tribunal de Beja e, expressou a sua opinião no que respeita ao pedido de informações ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, de acordo com a legislação que de momento não tinha presente.

O Presidente da Assembleia Municipal, informou o membro Joaquim Cardoso, que de acordo com a informação jurídica, não estava autorizado a fotocopiar o ofício que lhe havia pedido, nem a ele, nem a nenhum deputado. Mas, como já havia informado a correspondência estava sempre disponível para consulta.

O Membro Joaquim Cardoso, faz uma intervenção fora do alcance do microfone.

O Membro Vítor Guégués, referiu que a sua intervenção anterior não era de congratulação, mas sim de expectativa. Se efectivamente, se identificar que esta nova oferta está a ser lançada no concelho, é sem dúvida benéfica para uma faixa etária que hoje em dia, tem carências de diversa ordem. Mas, que de alguma forma sejam devidamente acompanhadas por instituições. Adiantou ainda, que gostava que a Câmara Municipal angariasse à sua volta todas essas instituições e, fizesse o percurso que todos nós achamos o mais correcto. Pois, na sua opinião, politicamente não o foi, daí a sua intervenção.

O Membro Rui Bacalhau, começou por cumprimentar os presentes. Seguidamente, referiu que era um prazer ter-se numa Assembleia Municipal um membro com a categoria do Senhor Deputado Mário de Deus. Deu a sua concordância no que respeita a Assembleia Municipal, pois, no seu entender, também não devia ser apenas o marcar do ponto. É sua opinião, que a Assembleia Municipal tem que fiscalizar, aconselhar e de dialogar com o executivo, pois, ambos foram eleitos pela população. Salientou ainda, que a assembleia para cumprir as suas funções tem que colaborar e, é o que ele tem feito ao longo dos anos anteriores. Embora, na última Assembleia tivesse constatado que alguém o acusou de não o ter feito. Felicitou o membro Carlos Cabral pela sua moção. Referiu que, é importante que se esteja a rever planos, planos de pormenor, PDM, é importante pensar no futuro da Vila de Borba. O concelho de Borba tem que ser gerido em função das suas possibilidades. Na sua opinião, há que fazer uma reflexão, há que dar um contributo, há que definir um desígnio para Borba. Perguntou se não seria melhor reforçar tudo o que existe, em vez de se fazerem novas criações. Para se combater a pobreza em Borba, é seu entendimento que nos devemos unir, ser reforçado tudo o que está no terreno e, verificar tudo o que está de facto a funcionar bem. Adiantou que, não nos devemos desunir e voltar costas uns aos outros. Sugeriu que nos uníssemos para a criação de bancos de ajudas técnicas, que tanta falta fazem. Referiu que não se podem dar asas a caprichos, mas sim, ser-se coerentes nas atitudes e acima de tudo solidariedade. Terminou, dizendo que há necessidade de darmos a mãos e de alguma forma se dar a volta a isto.

O Presidente da Assembleia Municipal, chamou a atenção do Membro Rui Bacalhau, que uma vez mais, tinha comentado um assunto que já havia sido discutido e votado, que era o caso da acta. Adiantou ainda, que também gostou de ouvir o Membro Mário de Deus, mas que o Regimento tem regras e, serve para nos regermos por ele. Informou também que nunca havia cortado a palavra a ninguém, o que provava que a mesa era sem dúvida democrática.

O Membro Rui Bacalhau, defendeu-se dizendo que não fez qualquer comentário à acta, mas sim, ao conteúdo da acta. Havia sido apenas uma consideração.

O Membro Sérgio Gazimba, iniciou a sua intervenção com os cumprimentos aos presentes. Seguidamente, quis ser informado se havia algum representante das Juntas de Freguesia do Concelho de Borba no encontro nacional da ANAFRE, em Santa Maria da Feira, já que lá se iriam discutir assuntos de alguma importância, tais como, a extinção de algumas Juntas de Freguesia.

O Presidente da Câmara Municipal, referiu que nunca gostou que ficassem quaisquer equívocos, como tal, se não respondeu a mais perguntas, foi porque elas não lhe haviam sido colocadas. Adiantou ainda, que aquilo que tinha acabado de ouvir eram somente comentários e posições pessoais. A única pergunta que lhe havia sido feita, em relação à zona industrial de Estremoz, foi respondido da forma que já tinham ouvido. Relativamente à questão financeira da Câmara, adiantou que tudo o que é factorings, se eles existissem à data da realização do documento, obviamente que eles estariam espelhados no próprio. Quanto às notícias dos jornais, nem sempre correspondem às notas de imprensa que são enviadas. Quando as notas de imprensa saem da Câmara, são enviadas com um objectivo, mas a verdade é que o jornalista às vezes escreve e dá-lhe outro objectivo, e por vezes destorce a informação. Relativamente, ao Senhor Presidente de Junta de Rio Moinhos, adiantou, que a reunião onde podia ter obtido todas as respostas que havia colocado, não se realizou exactamente pela sua ausência. Mas, salientou que entende a tomada de posição do Senhor Presidente Junta, quando reivindica, pois todos reivindicam. Quanto ao desenvolvimento do concelho, disse que essa tem sido a postura do executivo desde o primeiro dia de mandato. Pediu ainda, que em termos de aproveitamento de fundos comunitários, se informassem sobre a posição do concelho de Borba. Informou que o concelho de Borba era dos concelhos mais bem lançados,

era dos que mais projectos tinha e, que mais candidaturas tinha. Referiu ainda, que o executivo e Assembleia definiu o programa eleitoral e, o qual havia sido espelhado nos resultados eleitorais. Referiu que tem prioridades, tem uma linha de actuação, tem um programa para cumprir, mas não se pode cumprir tudo isto com pressões. Quanto à lixeira de S. Tiago, o Senhor Presidente corrigiu e disse não haver nenhuma lixeira em S. Tiago. O que realmente existe é um local junto à antiga Etar, para onde os funcionários da Junta levam alguns materiais, o que cria por vezes situações desagradáveis. Mas, o assunto está a ser tratado, só que estas coisas levam o seu tempo. Quanto à intervenção do membro Mário de Deus, o senhor Presidente disse-lhe que o executivo tem desafiado os investidores e, até a população. Quando se fala em todos estes projectos e planos, não é nada mais que um desafio. Quanto à estrada de Orada, o Senhor Presidente de Câmara garante que haverá algumas intervenções, adiantando que no quadro comunitário não há verba para este tipo de intervenção. Como tal, adiantou que serão feitas as intervenções nas estradas, mas com o magro orçamento da Câmara Municipal. Em relação ao PDM, o Senhor Presidente referiu que tinha havido várias sessões de esclarecimento do mesmo, mas a verdade é que não haviam aparecido sugestões, nem reclamações... (corte para mudar a cassete). Quanto à intervenção do membro Rui Bacalhau, o Senhor Presidente da Câmara, referiu que não pode fazer comparações com outros locais, é seu entendimento, que não era o lugar adequado para esse tipo de discussões. Adiantou-lhe ainda, que quanto à aposta na educação no Município de Borba, tem sido bastante elevada. Dando-lhe como exemplo, as verbas investidas nas escolas do concelho.

O Senhor Vereador Humberto Ratado: pediu a palavra para esclarecer aquilo que havia sido dito pelo membro Vítor Guégúes. Informou que as notícias saídas nos jornais são o que são. É sua opinião, que não se devem debater alguns assuntos para não perderem relevância. Se não fosse um assunto importante, a autarquia não teria tomado a posição de aderir ao projecto. Adiantou ainda, que quando foi referida a faixa etária, este projecto não abrange apenas uma faixa etária, mas sim, toda a população. É sua opinião que ajudas técnicas podem ser precisas em qualquer idade. Relativamente à rubrica, disse não estar preocupado. Pois, não foi a autarquia que lançou este projecto, mas sim, um parceiro da rede social que o apresentou e, explicou a forma como o projecto se iniciou. Terminou, dizendo que o projecto tem tido a maior clareza por parte da Autarquia.

O Membro Vítor Guégúes: informou que nunca havia invocado a sua presença numa outra instituição, que não, na presente Assembleia para basear a sua fundamentação. Referiu ainda, que as palavras do Senhor Vereador proferidas há momentos, eram exactamente aquilo que estava na notícia do jornal. Daí, não entender como é que se diz que a notícia não é exactamente que o executivo havia dito. Disse, apenas ter feito um esclarecimento à dotação orçamental e, se estava prevista, ou não. Referiu ainda, que se a notícia não havia sido publicada devidamente, o porquê de o executivo não a ter contraposto em Janeiro.

O Presidente da Câmara Municipal: disse estar pouco preocupado com aquilo que os jornais dizem. Referiu, que nem tão pouco tinha lido a notícia, e que aquilo que havia dito em relação à mesma, foi que lhe tinha sido transmitido no próprio dia da Assembleia que não correspondia à realidade. Adiantou ainda, que está de consciência tranquila, daí não ter feito questão de ter lido a notícia.

O Membro António Paixão: pediu ao Senhor Presidente da Câmara que não entendesse as suas palavras como um desafio. Referiu que, não estava no Congresso exactamente pelas preocupações que tem pela sua Freguesia. Quis transmitir ao Senhor Presidente da Câmara que não se podia ficar eternamente à espera da EDP para que se prossiga com a Rua da Estação. Quanto à lixeira, contrapôs a opinião do Senhor Presidente e reafirmou que somente o que lá existe é lixo, e muito. O que cria um péssima imagem. Terminou, pedindo que lhe fosse dada uma ajuda no problema do estacionamento dos pesados, fazendo uma arrumação.

O Membro Rui Bacalhau: disse que a política nacional deve interessar a todos para podermos fazer a comparação com a política local. É seu entendimento, que as coisas têm que ser feitas com rigor. Esclareceu que, a política nacional tem que interessar, assim como, os dinheiros públicos têm que interessar. Aproveitou para referir um artigo que havia lido num jornal sobre o assunto. Disse ainda, que no se referia às ajudas técnicas, após o preâmbulo dos dinheiros públicos, é sua opinião que até podiam

existir 20, mas, quando se fala de dinheiros públicos há que serem geridos com rigor. Referiu que, não se pode atender a caprichos de algumas pessoas e, não existir qualquer tipo de fricção. Acusou ainda, o Senhor Vereador de ter dito uma não verdade, quando há cerca de um ano, uma instituição de Borba, convocou todos os parceiros para integrarem o centro comunitário. Apontou ainda, que o Senhor Vereador havia estado presente e, não havia tomado qualquer posição. Relativamente às reuniões da rede social, também é seu conhecimento o que lá se passa, como tal, não iria pronunciar-se sobre esse assunto, pois já havia até pedido a acta dessa reunião. Deixou a sua opinião como membro da Assembleia Municipal, dizendo que, não concordava com o banco de ajudas técnicas. Pois, teria que haver muita cooperação e sem essa mesma cooperação, seria difícil avançar-se. Terminou, dizendo que era a favor de bancos de ajudas técnicas com dinheiros privados, e aí sim, um em cada porta.

O Membro Maria João Cavaco, pediu a palavra para manifestar o respeito que tem pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e por todos os presentes, e por isso mesmo, manifestou o seu desagrado em relação ao decorrer da Assembleia. Referiu que, existem assuntos a tratar, existe uma agenda de trabalhos para cumprir e, que devem aceitar-se todas as ideias criativas e aliciantes. Mas, quis mostrar o seu desagrado pessoal com o tipo de conversa que decorria na Sessão, pois na sua opinião havia assuntos que deviam ser tratados em outras instituições.

O Presidente da Câmara Municipal, quis apenas, deixar o seu inteiro acordo com as palavras que haviam sido proferidas pelo membro Maria João Cavaco.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal: informou que não havendo mais assuntos a tratar iria ser lida (em voz alta) e aprovada a minuta do ponto da ordem do dia e encerrava a sessão.

ANEXOS A ESTA ACTA:

(...)